

X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario, 2005.

Luchas clasificatorias y producción académica. Un estudio sobre el espacio de producción académica en la educación superior brasileña en los últimos 20 años.

Ana Paula Hey.

Cita:

Ana Paula Hey (2005). *Luchas clasificatorias y producción académica. Un estudio sobre el espacio de producción académica en la educación superior brasileña en los últimos 20 años. X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-006/111>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Xª JORNADAS INTER ESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA

Rosario, 20 al 23 de septiembre de 2005

Título: **Luchas clasificatorias y producción académica. Un estudio sobre el espacio de producción académica en la educación superior brasileña en los últimos 20 años**

MESA 12: “América Latina y la crisis actual: una realidad y un debate”

Pertenencia institucional: UNICAMP, Faculdade de Educação, Pós-doutorado em Educação

Autora: **Ana Paula HEY**

Rua São Vicente de Paulo, 401 ap. 34 CP 01229-010; São Paulo – São Paulo, Brasil
Tel. 55 (11) 3663-1608, 55 (11) 9902-1245

Dirección electrónica: anaphey@aol.com

Os estudos sobre as imbricações entre o universo científico e intelectual brasileiro e o mundo político são preocupações cada vez mais recorrentes nas ciências sociais no país, principalmente após a presidência da República ter sido exercida por um sociólogo. Tomando-se estes dois universos como campos sociais distintos, busca-se entender, em um terreno específico – aquele dos estudos acadêmicos em educação superior¹ no Brasil nos últimos 20 anos –, as relações destes dois campos, bem como a autonomia do campo científico em relação à esfera da política.

Apresenta-se, inicialmente, o grupo dominante do espaço de produção acadêmica em educação superior, nesse momento histórico específico, e a forma que tal grupo utiliza para produzir uma ideologia dominante, relacionando-se desse modo ao campo do poder. Em seguida são mostrados os outros grupos que ajudam a entender as diferentes posições dos agentes e a lógica das lutas de concorrência no espaço. Estas se dão em torno do jogo para a imposição de um discurso acadêmico legítimo sobre a temática que é, antes de tudo, associado ao interesse

¹ Esse trabalho é parte de pesquisa sobre o espaço da produção acadêmica em educação superior na configuração da produção científica institucionalizada e na sua circulação. Analisou-se o universo de 43 pesquisadores brasileiros que produziram uma representação acadêmica sobre o tema e os condicionantes sociais de sua prática. Cf. Hey, 2004.

na produção de uma concepção de educação superior adequada a um determinado tipo de sociedade.

No pólo dominante do espaço acadêmico têm-se os detentores tanto do maior prestígio acadêmico e da notoriedade intelectual quanto do poder político. Essa configuração revela um modo de dominação simbólica calcado no perfil dos agentes que ascendem legitimamente a essas posições dominantes pela obtenção de títulos acadêmicos e que encarnam o modelo supremo da realização humana, por intermédio de atributos de competência, dinamismo e descontração (Bourdieu, 1989). O poder político que se constituiu no Brasil nas duas últimas décadas revela a composição de uma nova elite do campo do poder por agentes com esse perfil, o que permite entender o uso da lógica do campo político no espaço acadêmico dado.

Demonstra-se que o poder na instituição de uma agenda acadêmica em educação superior é representado pela confluência nas batalhas classificatórias², que foram travadas no espaço de produção acadêmica, pelo grupo que conseguiu dominá-lo, nesse momento específico. Em tal jogo o grupo dominante mobiliza os instrumentos próprios da atividade científica, mas sobretudo os recursos extracientíficos, os quais permitem a realização do trabalho de imposição do conhecimento e reconhecimento do produto dito acadêmico.

A agenda acadêmica e o projeto político de sociedade

O grupo identificado como dominante do espaço acadêmico na temática é composto por pesquisadores que fundaram e compuseram o NUPES (Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior) na Universidade de São Paulo, no final dos anos de 1980 e que são originários do campo disciplinar das Ciências Sociais, como é o caso de Simon Schwartzman e Eunice Durham, mas também por José Goldemberg, físico. Este, com destacada trajetória tanto acadêmica quanto profissional, no campo disciplinar de origem, bem como na esfera da política, uma vez que assumiu altos postos no governo e no meio empresarial, no pólo estatal. É justamente tal pesquisador que pode nuclear o grupo, na medida em que apresenta uma trajetória

² Segundo Bourdieu (1992, 1997, 1998), os sistemas de classificação constituem um conjunto de lutas que opõem os indivíduos e grupos nas interações rotineiras da vida cotidiana, da mesma forma que nos combates individuais e coletivos aos quais os agentes se consagram nos campos da política e da produção cultural.

exemplar para o entendimento do aproveitamento das vantagens iniciais, em termos de formação acadêmica, de redes de relações sociais, de altos postos ocupados no espaço acadêmico e em outras esferas sociais.

José Goldemberg formou-se na USP em 1950, na área de física, tendo obtido os graus de doutorado e de livre-docência na mesma instituição. Porém, estudou como bolsista no Canadá e em Illinois/EUA, antes da obtenção dos títulos. Em sua trajetória acadêmica, como físico, volta a estudar no Canadá e nos Estados Unidos (Princeton e Stanford). Posteriormente, quando volta-se para a área de energia e meio-ambiente, estuda em Genebra e novamente em Stanford. É professor da USP desde 1965, onde assumiu vários cargos administrativos. Foi diretor do Instituto de Física e chegou a reitor da instituição, no período de 1986-90. Sua trajetória fora da universidade é marcada pela ocupação de altos postos, como o de presidente da Companhia de Energia de São Paulo (entre 1983-86) e, depois, como Secretário de Estado do Meio-Ambiente; no governo federal, foi Ministro da Educação (1991-92), Secretário de Ciência e Tecnologia (1990) e secretário interino de Meio Ambiente (1992). Foi, também, presidente da Sociedade Brasileira de Física e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC. Pela importância estratégica que tem esse pesquisador em outros espaços sociais e devido a seu trabalho ligado às questões de energia, meio-ambiente e desenvolvimento sustentável – o que o inclui no mercado da *expertise* internacional nesse setor –, a tarefa da produção acadêmica em educação superior é delegada a outros membros do grupo.

Esse grupo inicial, do qual constam José Goldemberg, Simon Schwartzman e Eunice Durham, consegue impor a agenda de pesquisa da área, ou melhor, dizer o que merece ser pesquisado e como deve ser pesquisado, estendendo tal padrão a outros grupos e agentes do mesmo espaço, podendo ser qualificado como composto por um alto clero³ no universo da produção acadêmica brasileira. Esse alto clero goza de um eminente prestígio acadêmico e de um elevado capital de relações sociais. Os agentes do grupo participam de espaços sociais altamente influentes nas definições legítimas da sociedade brasileira, atuando para a produção de uma ideologia dominante. Por exemplo, os fundadores do NUPES escrevem na revista do CEBRAP (Centro Brasileiro de Pesquisas), centro de pesquisas e estudos que

congrega - ou congregou - importantes pesquisadores, alguns dos quais se tornaram políticos atuantes na sociedade brasileira, bem como, unidos, política e ideologicamente, em torno de um partido político – o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). São exemplos, dentre outros, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Paulo Renato Souza, Luiz Carlos Bresser Pereira, Francisco Weffort. Outros pesquisadores atuantes no universo do CEBRAP são José Arthur Giannotti e Reginaldo Prandi, que escreveram também sobre a temática da educação superior.

A rede de relações de José Goldemberg é compatível com uma nova elite política, que vinha se constituindo e se fortalecendo, personificada pela trajetória daquele que vem a se tornar presidente da República⁴, Fernando Henrique Cardoso. Este acadêmico é um dos membros fundadores do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e interlocutor de seu presidente, Ulisses Guimarães. Em tal partido, vai atuar ao lado de Franco Montoro, no Estado de São Paulo, primeiro como suplente de senador e, posteriormente, como senador. É também nesse governo que José Goldemberg vai assumir a presidência das empresas de energia elétrica do Estado, que figuram entre as mais importantes do país. Em seguida, na gestão do governador Orestes Quércia, Goldemberg vai assumir o posto de reitor da USP⁵, no mesmo período em que é criado o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) – por Fernando Henrique Cardoso⁶, entre outros - devido a desacordos no interior do PMDB. Na medida em que o PSDB se fortalece em âmbito federal, o que culmina com a eleição presidencial de 1994, José Goldemberg assume altos postos nos governos Collor de Melo e Itamar Franco, como o de Ministro da Educação e o de Secretário Nacional de Ciência e Tecnologia. Nos governos estaduais dirigidos por esse novo partido, notadamente em São Paulo, ele assume postos de Secretário de Estado da Educação e do Meio-Ambiente.

³ Aqui utilizo-me da classificação que eles mesmos empregam. Na nomenclatura que adoto eles compõem o pólo dominante desse universo.

⁴ Cf. Garcia Júnior, 2004. Neste trabalho o autor mostra, através da trajetória social do presidente, o deslocamento de seus investimentos e de seus capitais adquiridos como pesquisador, em direção ao campo da política.

⁵ Nesse posto ele permanece em um espaço controlado inteiramente pelo poder acadêmico, ao passo que isso não aconteceria se ele ficasse na política ou na economia.

⁶ Criado em 1988, tendo como membros fundadores, além do já citado, Franco Montoro, Mário Covas e José Richa. Nos embates do campo político da época, o grupo era qualificado como “a turma do voto útil”.

Composta por acadêmicos da universidade brasileira essa rede vai contribuir para o fortalecimento de uma elite política interessada na construção de um novo espaço de poder, que foi gestado a partir do fim da década de 1970. Estes agentes têm a intenção de determinar o como a sociedade brasileira deve ser; para isso foram escolhidos representantes capazes de dar uma representação de um projeto de sociedade e que fossem atuantes em diversos setores sociais. No caso da educação superior, os encarregados dessa missão foram os pesquisadores em torno do NUPES e da USP. Esses acadêmicos têm em comum o fato de serem altamente qualificados, de participarem do espaço universitário brasileiro desde os anos de 1950 e 60 e de passarem a atuar no espaço político, aproveitando-se das várias espécies de capitais adquiridos e reconvertendo-os em benefício da produção de idéias sobre o mundo social e sobre a realização dessas mesmas idéias.

Na última década, o grupo passa a contribuir para a reestruturação de diversas instituições, inclusive assumindo suas direções, como a da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), tendo a estatística e a avaliação como competências principais, a do Conselho Nacional de Educação (que substitui o antigo Conselho Federal de Educação, apropriando-se da função de regulação das políticas educacionais) e a do próprio MEC (Ministério da Educação), que assume a competência da política nacional de educação.

A determinação externa ao campo acadêmico na agenda

A agenda acadêmica, que foi imposta nos estudos da educação superior no Brasil, nos últimos 20 anos, tem sua provável gênese em dois momentos chave e em dois universos diferentes, ou melhor, os lugares neutros⁷, laboratórios ideológicos onde se prepara, por intermédio de um trabalho coletivo, a filosofia social dominante.

O primeiro, com a organização da “Conferência sobre Evolução Social no Brasil desde 1945”, realizada na *Columbia University*, em dezembro de 1984, e patrocinada por esta mesma universidade, pela *Ford Foundation* e pela *Inter-American Foundation*. Nessa Conferência participaram, como comentaristas,

⁷ Acepção cunhada por Bourdieu e Boltanski, 1976, p. 10.

Amaury de Souza, Bela Bianco, Ana Luiza Osório de Almeida, José Alberto Magno de Carvalho, Lorene Yap, Pedro Malan, Pérsio Arida e Simon Schwartzman. Como resultado das discussões foi publicado, em 1986, um livro organizado por Edmar Bacha e Herbert Klein⁸ que pode ser considerado um manual da situação da sociedade brasileira, em diversos setores. No livro, são estudados a população, o emprego, a agricultura, a urbanização, a desigualdade social, a saúde, a previdência social e a educação.

No âmbito econômico, o consenso expresso pelos participantes da Conferência recai na enormidade das mudanças ocorridas no país – após a Segunda Guerra Mundial - e a natureza incompleta desse processo, justamente pela falta de políticas governamentais que atendessem à esfera social.

A ênfase do grupo centra-se nas políticas públicas, como a forma de atuação dos governos por excelência, e a luta que será imposta entre os vários grupos em torno do poder para a sua definição. As políticas públicas tornam-se a tônica dos anos de 1990 e a razão das reformas estruturais e sociais, significando a necessidade de um governo para realizar tal intuito. Na lógica da elite política, que aspira ao poder nesse período, está o pressuposto de que, se no governo atuarem pessoas altamente qualificadas⁹, as políticas implementadas podem propiciar o bem-estar social.

O economista Cláudio de Moura Castro analisa os aspectos relativos à educação. No tocante ao ensino superior, pauta seu diagnóstico, de início, na situação limítrofe das universidades públicas brasileiras, sobretudo aquelas do sistema federal, com problemas que foram agravados de forma contínua, principalmente os referentes à estrutura organizacional da universidade, à administração e aos gastos, todos apontando para a ausência de desempenho no setor. E, em seguida, nos novos caminhos para o ensino superior, em que anuncia o

⁸ Cf. Bacha & Klein. Na época, o conselho editorial era composto por Antonio Cândido, Celso Furtado, Fernando Gasparian e Fernando Henrique Cardoso.

⁹ Essa lógica é visível na ascensão dos economistas como detentores do monopólio para a elaboração e difusão do princípio da di-visão legítima do mundo social. Ao lado deles participam, também, cientistas políticos e outros especialistas, denominados técnico-políticos ou *experts*, porquanto aliam conhecimento técnico sofisticado com sensibilidade política. Estes caracterizarão a composição dos governos brasileiros desde os anos de 1960 e fortemente a partir de 1970. Cf. os trabalhos de Dezalay e Garth (2000), Dezalay (2002, 2004) e, especificamente sobre o campo dos economistas no Brasil, Loureiro (1995).

ensino privado e a necessidade de se observar o que está acontecendo em tal segmento, como a realidade do sistema de educação superior atual.

O segundo momento identificado na gênese da construção da agenda, diz respeito à organização de uma comissão nacional voltada à elaboração de uma nova política para a educação superior brasileira, formada na maioria por professores universitários, a chamada “comissão dos notáveis”, tendo sido instituída em 1985, pelo então presidente da República José Sarney e pelo Ministro da Educação Marco Maciel. Dessa comissão participaram importantes nomes da universidade brasileira, começando por seu relator, Simon Schwartzman, Edmar Bacha (um dos organizadores da Conferência na *Columbia University*), José Arthur Giannotti (que realizou uma estada nessa universidade entre 1980-82), Bolívar Lamounier, José Leite Lopes, Luiz Eduardo Wanderley, Roberto Cardoso de Oliveira, Carlos Nelson Coutinho, Guiomar Namó de Mello, entre outros.

Na Comissão, o ponto de partida analítico é a crise vivenciada pelo sistema de educação superior brasileiro e que deveria ser enfrentada pela Nova República. Essa crise será retratada, aqui, por intermédio da paralisação, em 1984, das universidades federais, a mais longa vivida até então. A greve ficou marcada pela inexistência de discussões no âmbito da sociedade civil da época e pela ausência de relevo na mídia sobre o problema da universidade brasileira e sua reestruturação organizacional, que foram agravados no período do regime autoritário. Com a possibilidade de retomada de discussões propiciadas pela abertura política, as universidades vão impulsioná-las em seu próprio interior, gerando um fator desencadeador de estudos sobre essa temática, os quais serão intensificados no final da década; de discussões nas associações científicas e de classe e, igualmente, estimulador da criação dos grupos de pesquisa.

De uma forma geral, a concepção da Comissão pode ser entendida como a da abertura do sistema que, com a diversificação dos modelos institucionais e a autonomia das instituições, interna e externamente, possibilitaria a saída do jugo governamental e a liberdade de ação, visto que quanto mais diversificado o sistema, mais difícil a tarefa de centralizar parâmetros unificadores.

Para esse discurso tornar-se eficiente, uma das maneiras seria o uso da cooptação daqueles que estivessem envolvidos na universidade ou que dela

participassem – pesquisadores, professores, entidades, comunidade. Por isso a ausência da proposição de uma reforma do sistema – o que geraria polêmicas imensas, capazes de inviabilizar o mínimo de mudanças –, mas implementá-la por intermédio de algumas estratégias. A primeira, elaborando políticas e implantando por mediação da Secretaria de Educação Superior do MEC. Em seguida, mobilizando a “comunidade acadêmica”. Como muitos pesquisadores vão assumir cargos no governo federal ou têm redes de relações com o governo, uma estratégia eficaz seria colocar uma concepção de sistema de ensino superior como parte da agenda acadêmica, ou melhor, tornando essa agenda decididamente política em vontade acadêmica.

O alto clero e a elaboração da agenda

A agenda acadêmica em educação superior foi gerada no espaço *des enjeux politiques* e por agentes determinados, sendo transposta por estes ao universo específico da educação superior. Tais agentes têm como padrão o pertencimento ao alto clero, o qual exprime a composição do poder por uma elite, cuja distinção se dá pelo uso de propriedades acumuladas de vários tipos, constituintes de um novo modo de dominação. Essas propriedades diversas são, sobretudo, objetivadas na detenção de um capital cultural de uma espécie particular, ou seja, aquele produzido no espaço acadêmico, em um dado período de sua história, na vanguarda de seu desenvolvimento. Mas, também, pelo capital social que é pertinente à rede de relações estabelecidas durante a trajetória de formação acadêmica e profissional, marcada por um tipo de circulação internacional.

Os integrantes do NUPES, principalmente Simon Schwartzman e Eunice Durham, exemplificam o uso dessas duas diferentes espécies de capitais no trabalho de imposição tanto da agenda política como da acadêmica no espaço de produção em educação superior. Ao mesmo tempo, são vistos como produtores de um discurso dominante sobre o mundo social, ao lado de outros membros do alto clero.

Em relação à educação superior, Simon Schwartzman configura um caso típico do *expert* na área, representando a visão brasileira do ensino superior no espaço da *expertise* internacional e utilizando-se deste para reforçar sua posição no cenário nacional. Com uma trajetória exemplar no campo científico das Ciências

Sociais, desde cedo envolve-se em pesquisas referentes ao desenvolvimento econômico brasileiro e latino-americano, às políticas governamentais e à ciência no Brasil. Seu livro sobre a formação da comunidade científica nesse país torna-se referência para a sociologia da ciência brasileira. Sua trajetória é também balizada por uma forte circulação internacional¹⁰, começando com a América Latina e fortalecendo-se em instituições acadêmicas dos Estados Unidos e da Inglaterra.

A posição de Eunice Durham, diferentemente da posição do agente anterior, está vinculada às estratégias nacionais de imposição de uma diretriz única de entendimento da educação superior brasileira. Com menor circulação no plano internacional, participará diretamente de altos postos do governo federal, como Secretária Nacional de Educação Superior, Secretária Nacional de Políticas Públicas, Presidente da Capes, entre outros. Sua trajetória acadêmica é demarcada pela realização dos estudos em Antropologia na USP, onde se encontra com Ruth Cardoso (sua orientada de doutorado). Tendo como interlocutores José Goldemberg, Ruth Cardoso e José Arthur Giannotti, a pesquisadora entra em conflitos com o movimento sindical da USP. Desde então, envolve-se com os estudos da universidade brasileira, passando a porta-voz do grupo político dominante, para as reformulações do sistema de ensino superior, nos anos de 1990. Inclusive, assume maior visibilidade no espaço acadêmico nacional da temática, apesar de apresentar produção acadêmica menor em comparação à de Simon Schwartzman. Participa mais diretamente da própria ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais), de seminários e congressos nacionais na área acadêmica, paralelamente aos encontros patrocinados pelas associações de educação superior privadas e por empresas de consultoria educacional, no âmbito das disputas eminentemente políticas em relação à questão da educação superior.

Esses elementos demonstram a construção de um novo espaço de poder, em que *experts* em governabilidade, pertencentes a um mercado internacional, imprimem diretrizes políticas no âmbito local, atuando ao lado de técnico-políticos, provenientes do universo acadêmico e científico nacional. O capital acadêmico adquire um papel central nessa luta, servindo de caução e de legitimidade para as ações políticas práticas, bem como o capital social, acumulado durante a trajetória

¹⁰ É essa circulação que permite sua posição acadêmica também nos EUA e o diálogo com os pares

de formação acadêmica e profissional dos agentes e pela circulação destes no mercado internacional.

O grupo dominante do espaço de produção acadêmica em educação superior monta um aparato acadêmico para a realização de estudos e pesquisas da situação geral do sistema de educação superior e de sua avaliação, analisando-o tanto nacionalmente quanto em estudos comparativos com a situação da América Latina. Essa mesma agenda pode ser identificada nas preocupações do Grupo de Trabalho Educação e Sociedade da ANPOCS, principalmente a partir do final dos anos de 1980, e transcorrendo todos os anos seguintes como problemática obrigatória. E, ainda, nas alianças feitas pelo NUPES pode-se identificar muitos dos participantes do próprio Grupo de Trabalho da ANPOCS, como é o caso de Clarissa Baeta Neves e o próprio grupo de pesquisa da Universidade de Brasília, o NESUB (Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior), do qual participa, sobretudo, Carlos Benedito Martins, que desenvolverá muitas pesquisas de caráter aplicado na área da educação superior e, principalmente, em relação à pós-graduação no Brasil. Esses investigadores passam a legitimar a agenda do NUPES ao utilizar a mesma agenda acadêmica que imporia uma concepção do sistema de ensino superior e que auxiliaria na implantação de políticas públicas para o setor.

Os dominados emergentes?

Um grupo que poderia se contrapor ao dominante, devido às propriedades de alguns de seus agentes, em relação ao capital cultural, apresentarem elementos semelhantes – falam de um mesmo patamar –, aparece na segunda metade da década de 1990, tendo como protagonista um cientista político e outros pesquisadores de disciplinas diversas, todos com forte participação em esferas universitárias locais. O CIPEDS (Centro Interdisciplinar de Pesquisa para o Desenvolvimento da Educação Superior) constitui-se como um centro interdisciplinar e virtual, com sede no Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Alguns de seus membros são Hégio Trindade (presidente da Comissão Nacional da Avaliação da Educação Superior), José Dias Sobrinho, Dilvo Ristoff (atual diretor de estatística e avaliação

pertencentes àquele universo.

da educação superior do INEP), Afrânio Mendes Catani e Maria Beatriz Luce (atualmente no CNE). Esse grupo atuará com uma outra diretriz política, em relação ao anterior, tendo seu cume com a eleição do atual governo petista (Partido dos Trabalhadores), com alguns de seus membros assumindo postos no governo federal, atuando na elaboração de um sistema de avaliação do ensino superior e na comissão para a reforma universitária.

A característica desse grupo é a grande força concentrada no pesquisador Héglio Trindade, aquele que tem maiores propriedades tanto no campo científico quanto na esfera da política. A trajetória desse pesquisador revela um forte capital acadêmico, a circulação internacional, notadamente na França, e a menor participação na esfera da política no âmbito federal, uma vez que sua atuação política se dará mais no setor universitário local, como reitor da UFRGS e, nacionalmente, por intermédio da ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior). Ele é representativo, ainda, de um espaço acadêmico localizado geograficamente no Rio Grande do Sul, com uma intenção explícita de contraposição à força hegemônica, representada pelo sudeste, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Há uma homologia dessa dicotomia regional, expressa no campo acadêmico, no espaço da política.

O pólo dos dominados

Os grupos considerados dominados são aqueles constituídos por agentes geralmente ligados ao campo disciplinar da Educação. Há mesmo uma tentativa explícita de contraposição ao grupo dominante, representada por uma rede de pesquisadores unidos em torno da análise da produção científica na área e no estabelecimento de uma agenda acadêmica. Porém, tal empreita não atinge os pesquisadores em Ciências Sociais, visto que a iniciativa parte de membros da ANPEd (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação), os quais não se relacionam com a ANPOCS e com os pesquisadores mais contíguos das Ciências Sociais. Nessa rede, o pressuposto é a não aceitação das políticas públicas, geradas na última década de 1990 e que foram, *grosso modo*, influenciadas pelo NUPES. Entretanto, a lógica dos pesquisadores – que envolve vários grupos de pesquisa – não supera a lógica já imposta pelo grupo dominante, o

que torna a tentativa de inversão do jogo pelo poder do espaço, ou melhor, pelo poder da determinação das políticas públicas para o setor, sem possibilidades reais de êxito.

No interior do próprio subespaço dos dominados, pode-se identificar outros grupos, como aqueles ligados às atividades de classe; aqueles ligados à história das instituições de educação superior, que colabora sobremaneira para a formação do espaço de produção acadêmica na temática, por intermédio do GT da ANPED; os dos pesquisadores vinculados aos estudos da educação superior, nos aspectos tanto políticos quanto pedagógicos e, ainda, aqueles que realizam uma série de recenseamentos da produção na área.

O poder da agenda estabelecida

As estratégias do NUPES como grupo dominante para instituir a agenda, consistiram na utilização dos elementos que estruturam a tarefa acadêmica, em termos da organização de grupos de pesquisa, da participação em associações científicas e nos colóquios acadêmicos, na produção de textos de circulação nesse meio acadêmico e extra-acadêmico e da criação de uma rede de interlocutores legítimos. Isso caracteriza a transposição da ação, projetada por um grupo social, marcadamente política, como uma ação acadêmica, ou seja, um mecanismo sutil, que permite o estabelecimento do discurso dominante como válido, principalmente no espaço de referência acadêmico e no universo dos pares.

A eficácia simbólica do discurso dominante, aqui materializado na agenda acadêmica, é garantida pelo fato de que a lógica e o ajustamento ao real, que caracterizam este discurso, lhe conferem o poder de impor-se a todos aqueles que não dispõem de um sistema de classificação concorrente e, mais ainda, mesmo àqueles capazes de lhe opor uma perspectiva analítica constituída, visto que utilizam, sem o saber, os esquemas que são seu princípio. Desse modo, mesmo no grupo que poderia se contrapor à agenda estabelecida pelo NUPES, constata-se a submissão ou a aceitação da mesma, o que se verifica igualmente no grupo dos dominados, no qual as discussões vão se dar em torno da agenda obrigatória.

O poder do estabelecimento de uma agenda acadêmica, que imporia uma concepção do sistema de ensino superior e que ajudaria na implantação de políticas

públicas para o setor reside, basicamente, no poder propriamente político do grupo dominante. Tal poder está ancorado na exploração racional das tendências estruturais que, entretanto, não significam simplesmente a adaptação a essas tendências e nem a imposição aleatória às medidas diretamente interessadas, mas, sobretudo, o uso dessas informações. Estas são o foco do NUPES tanto na elaboração dos diagnósticos sobre o ensino superior quanto nas pesquisas dos diversos aspectos que o compõem. Os dados exercem aí um papel determinante, na medida em que permitem antecipar os futuros possíveis, medir a pretensão de existir e de avaliar as chances de sucesso e os custos da ação destinada a fazer acontecer um entre eles.

Dessa forma, o espaço acadêmico da temática é essencialmente heterônomo, haja visto o trabalho de dominação simbólica desenvolvido por esse pólo dominante. Este é expresso na imposição de uma concepção de educação superior que resultou de um trabalho político de uso social do aparato acadêmico para a realização da tarefa de atribuir uma visão única sobre o mundo social. A produção dessa ideologia dominante pertence, essencialmente, à luta política.

Referências bibliográficas:

BACHA, Edmar; KLEIN, Herbert. *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. *O poder simbólico*. 2. ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. *La noblesse d'État*. Paris: Minuit, 1989.

_____. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.

_____; BOLTANSKI, Luc. La production de l'idéologie dominante. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 2/3, p. 3-73, juin 1976.

_____; WACQUANT, Loïc. *Réponses*. Pour une anthropologie réflexive. Paris: Seuil, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Relatório da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior*. Brasília, MEC, 1985.

DEZALAY, Yves. Les courtiers de l'international. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, n. 151-152, p. 5-35, mars 2004.

___; GARTH, Bryant. A dolarização do conhecimento técnico-profissional e do Estado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 15, n. 43, p. 163-176, junho 2000.

___; ___. *La mondialisation des guerres des palais*. Paris: Seuil, 2002.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. *Une noblesse républicaine. Fernando Henrique Cardoso et la sociologie au Brésil*. Paris, mimeo, 2004.

GIANNOTTI, José Arthur. A universidade e a crise. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 10, p. 32-41, out. 1984.

___. Aula inaugural FFLCH/USP. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 17, p. 62-70, maio 1987.

___. CEBRAP, vinte anos depois. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 25, p. 3-7, out. 1989.

___. O debate da competência na universidade. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 16, p. 38-39, dez. 1986.

HEY, Ana Paula. *Dominação simbólica e destino da Educação Superior no Brasil*. Tese de doutorado. Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.

LOUREIRO, Maria Rita. L'ascension des économistes au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, n. 108, p. 51-70, juin 1985.